

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Poder em jogo](#) 2

Valor Econômico

[Título: Governo pretende alterar regras para compra de energia](#) 14

[Título: Disputa no MDB-PE adia filiação de Coelho](#) 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Poder em jogo	2
Título: Notas	3
Título: Brasil teme efeito de sobretaxa americana	4
Título: Expectativa até o último momento	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Petrobrás vai transferir P-71 para a China	8
Título: Ainda o preço da gasolina	9
Título: Brasil diz que recorrerá da taxa do aço	10
Título: 'É uma visão muito simplória do comércio internacional'	11
Título: Doria prevê só lâmpadas de LED nas ruas até 2021	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Governo pretende alterar regras para compra de energia	14
Título: Disputa no MDB-PE adia filiação de Coelho	16

Título: Área econômica já discute alteração ICMS sobre a gasolina.....	18
Título: Inflação em queda eleva dúvida sobre crescimento	19
Título: Curta.....	22
Título: Trump taxa aço e alumínio importados, mas abre brecha.....	22
Título: Brasil critica tarifa, ameaça reagir, mas quer negociar.....	23
Título: Protecionismo agrada parte dos democratas.....	26
Título: Tarifa é moeda de barganha comercial	26
Título: A ameaça das ideias ruins	28
Título: Acordo com Drogaria Araujo fomenta geração distribuída na AES Tietê.....	30
Título: Atlantia e ACS podem dividir ativos da Abertis	31
Título: Minério fica perto de zerar ganhos de 2018.....	33

VEÍCULO: O Globo

Seção: página 2 / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em jogo

Me atualiza

Ministros do Tribunal de Contas da União acompanham com atenção a privatização da Eletrobras. Reservadamente, reclamam que o governo não tem compartilhado com eles informações sobre o processo. Querem uma rodada de conversas com os principais responsáveis pela iniciativa, como o **ministro Fernando Filho (Minas e Energia)**

Vigilância

Artistas e representantes do Ministério Público que pressionaram o Congresso pela revogação do decreto presidencial que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) voltam à ação na semana que vem. Querem conversar com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, sobre o projeto que trata de licenciamento ambiental.

Vitrine única

Lançado à disputa pela Presidência, Rodrigo Maia (DEM) traça, agora, como usar a seu favor a invejada condição de único pré-candidato declarado que manterá o posto que ocupa até a eleição. Para explorar o poder de projeção da Presidência da Câmara dos Deputados, ele tem sido aconselhado a usar a pauta da Casa a seu favor. Recomendam a ele que, mais do que disputar com o governo a liderança no tema segurança pública, coloque na gaveta da Câmara assuntos controversos para a população. É o caso da privatização da Eletrobras, cuja relatoria está nas mãos de seu partido.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Notas

Custo Trump

A sobretaxa no aço e no alumínio pelo governo americano ficou ainda pior para o Brasil, na visão do presidente da AEB, José Augusto de Castro. Isso porque México e Canadá ficaram de fora das medidas, o que vai aumentar a participação desses países no mercado dos EUA. Além disso, o aço semiacabado, mais exportado pelo Brasil, também entrou nas restrições. “A expectativa era que semiacabado ficasse de fora, porque é uma matéria-prima usada pelas empresas americanas. O Brasil exporta US\$ 1,8 bi de semiacabado e US\$ 780 milhões de acabado”, explicou.

A perda, antes estimada em US\$ 250 milhões, pode chegar a US\$ 500 milhões por ano, segundo a AEB.

O faz-tudo

Aldemir Bendine virou presidente do Banco do Brasil em 2009, para cortar os juros do banco a pedido do então presidente Lula. Ocupou o cargo até 2015, quando assumiu a Petrobras, nomeado pela ex-presidente Dilma. Na quarta-feira, foi condenado a 11 anos de prisão pelo recebimento de R\$ 3 milhões de propina do grupo Odebrecht. O dinheiro foi negociado quando ele presidia o BB, no ano eleitoral de 2014, como condição para que uma dívida de R\$ 1,7 bilhão da empreiteira com o banco fosse alongada. Mas só foi pago em 2015, depois que assumiu a Petrobras.

As ações do Banco do Brasil caíram 8,15% no dia de sua nomeação pelo presidente Lula. Quando chegou à Petrobras, os papéis da petrolífera

despencaram quase 7%. Em ambos os casos, o temor do mercado financeiro era que Bendine representasse o aumento da intervenção política nas duas empresas, o que de fato acabou se confirmando.

Na Petrobras, os relatos de Marcelo Odebrecht mostram que ele atuou para favorecer e proteger a empreiteira em negócios com a petrolífera, à medida em que a Lava-Jato escalava o número de prisões e denúncias em 2015. A Receita Federal já estava de olho em Bendine desde 2014, quando ele foi multado por problemas em seu Imposto de Renda. Um ex-motorista relatou ao Ministério Público ter feito entregas de sacolas de dinheiro vivo, a mando do chefe, e a socialite Val Marchiori, amiga de Bendine, conseguiu a liberação de um empréstimo milionário no BB, que depois foi considerado irregular pelo TCU.

Nada disso pesou contra a carreira do executivo. Ontem, o ministro Edson Fachin, do STF, remeteu à primeira instância os processos contra Lula e Dilma por suposta formação de quadrilha. Bendine, homem de confiança de ambos, está preso desde julho do ano passado em um presídio do Paraná.

O faz tudo Aldemir Bendine virou presidente do Banco do Brasil em 2009, para cortar os juros do banco a pedido do então presidente Lula. Ocupou o cargo até 2015, quando assumiu a Petrobras, nomeado pela ex-presidente Dilma. Na quarta-feira, foi condenado a 11 anos de prisão pelo recebimento de R\$ 3 milhões de propina do grupo Odebrecht.

O dinheiro foi negociado quando ele presidia o BB, no ano eleitoral de 2014, como condição para que uma dívida de R\$ 1,7 bilhão da empreiteira com o banco fosse alongada. Mas só foi pago em 2015, depois que assumiu a Petrobras.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Marcello Corrêa, Henrique Gomes Batista E Ana Paula Ribeiro

Título: Brasil teme efeito de sobretaxa americana

Além da queda nas exportações aos EUA, há risco de mercado interno ser inundado por aço de outros países

-WASHINGTON, NOVA YORK, BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO- O presidente americano, Donald Trump, assinou ontem o decreto que estabelece sobretaxas para o aço e o alumínio importados, de 25% e 10%, respectivamente. Anunciada pela primeira vez em fevereiro, a medida pode dar início a uma guerra comercial global. As tarifas entram em vigor daqui a 15 dias, e apenas México e

Canadá estarão isentos — pelo menos enquanto durarem as negociações do novo Nafta, acordo comercial entre os três países.

No Brasil, além das exportações para os Estados Unidos, representantes do setor e analistas já temem que o país se torne destino de outros produtores, o que pode causar excesso de oferta e queda de preços por aqui, com prejuízo para a indústria siderúrgica nacional. Até o último minuto, o governo tinha esperança de que o Brasil fosse poupado. Missões foram enviadas a Washington nos últimos dias para tratar do assunto.

Após Trump assinar o decreto, o governo brasileiro divulgou um comunicado alertando que as sobretaxas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras. A nota diz que os obstáculos às importações de aço e alumínio são incompatíveis com a OMC. E reafirmou que “que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses.”

Além disso, ressaltou que cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, usados como insumo pela indústria siderúrgica americana. “Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017).” Preocupado com o estrago que as sobretaxas podem provocar no mercado brasileiro, o governo quer tentar um acordo com os americanos para excluir o Brasil da medida.

Mesmo assim, paralelamente, os ministérios das Relações Exteriores e de Indústria, Comércio Exterior e Serviços avaliam a possibilidade de entrar com uma ação contra os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC), com representantes do setor siderúrgico. A dúvida é se não seria melhor esperar as negociações bilaterais. Se não houvesse acordo, o Brasil entraria na OMC.

Segundo técnicos do governo, é preciso ter cautela, pois Trump usou o argumento da segurança nacional. Isso poderia derrubar as chances de uma vitória na OMC, já que essa justificativa está dentro das normas do organismo. Em Nova York, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o governo brasileiro vai “estudar com calma” que medidas tomar em relação às sobretaxas americanas: — Eles estão dizendo que estão abertos à negociação. Precisamos saber que negociação é essa exatamente, eles estão querendo negociar o quê? Isso será analisado do ponto de vista do que o Brasil tem a ganhar e a perder.

PERDA DE ESPAÇO DO AÇO BRASILEIRO

Uma fonte do governo envolvida nas discussões enfatizou que, independentemente de o Brasil ser ou não excluído das sobretaxas, as restrições impostas pelos EUA podem fazer com que parte do excedente de aço no mundo, estimado em cerca de 700 milhões de toneladas, seja desovado no mercado brasileiro. Isso obrigaria o governo a adotar salvaguardas, como tem ameaçado a União Europeia (UE).

— Os EUA importam 30 milhões de toneladas, que vão deixar de importar. Para onde vai esse aço? Para onde tiver maior facilidade de entrar. Temos que ter rapidez e eficiência em estabelecer uma barreira para essa entrada também — defende Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil. Segundo José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Coreia do Sul, Rússia, Japão e China são os principais produtores que podem direcionar seus produtos para cá. Isso se soma às perdas nas exportações.

Só no ano passado, o Brasil vendeu aos EUA R\$ 2,6 bilhões em aço, aproximadamente 4,3 milhões de toneladas. Diego Bonomo, gerente-executivo da Unidade de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), alerta ainda para o risco de o Brasil perder espaço. Canadá e México são respectivamente, o primeiro e o terceiro maior exportador de aço para o mercado americano.

O Brasil é o segundo. Ele comparou a medida de Trump a “um Velho Oeste do comércio internacional”. Outro possível efeito para o Brasil pode vir da retaliação da UE às tarifas americanas. Esta semana, o bloco anunciou que pode taxar uma série de produtos, de motocicletas a uísque e suco de laranja, o que pode afetar outros parceiros, como o Brasil.

— Apesar de ser uma reação aos EUA, a regra valeria para todos. Para a Europa, o pretexto é a barreira americana, mas a gente sabe que tem por trás também um interesse protecionista — avalia Luis Afonso Lima, presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet). Com a decisão de Trump, as siderúrgicas brasileiras amargaram perda de R\$ 2,03 bilhões em valor de mercado ontem.

As ações da CSN registraram a maior queda do Ibovespa: 5,08%. A Gerdau perdeu 4,18%, enquanto a Usiminas caiu 2,12%. Já a Vale teve desvalorização de 3,24%. A Bolsa, por sua vez, fechou em queda de 0,58%, aos 84.984 pontos. O dólar comercial avançou 0,64%, a R\$ 3,265. Os mercados europeus já estavam fechados antes de Trump assinar a medida. Mas, pela manhã, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, criticou a decisão dos EUA: — Se você aplica tarifas a seus aliados, podese questionar: quem são os inimigos?

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Eliane Oliveira****Título: Expectativa até o último momento**

Brasil esperava escapar do tarifaço americano. Salvaguardas serão opção.

O presidente Donald Trump abriu caminho para uma guerra global sem precedentes ao confirmar, ontem, o aumento das tarifas de importação de aço e alumínio para, respectivamente, 25% e 10%. Até o último momento, o governo brasileiro esperava que, assim como México e Canadá, o Brasil ficasse isento das novas alíquotas.

Como o risco para a segurança nacional foi o principal argumento para proteger a indústria americana, a avaliação era que os produtos siderúrgicos brasileiros não oferecem qualquer ameaça, uma vez que 80% dos produtos exportados para os Estados Unidos são semiacabados, ou seja, usados como insumos para as fábricas americanas.

Os países da União Europeia (UE) e outros que se sentirem prejudicados já planejam adotar salvaguardas. Esse mecanismo, permitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), prevê o aumento de tarifas ou a criação de quotas se houver surto nas importações.

O governo brasileiro, que já vinha sendo pressionado pelas siderúrgicas nacionais para elevar as tarifas sobre o aço importado de China e Rússia, sob alegação de dumping (preços artificialmente baixos), terá dificuldades para evitar uma superoferta do produto no país. O setor privado estima haver um excedente de cerca de 600 milhões de toneladas no mundo.

Com a restrição, mais produtos siderúrgicos serão despejados no mercado por grandes produtores, como China e Rússia. Será difícil fugir das salvaguardas, a não ser que o Brasil logre negociar um acordo com os EUA. A Casa Branca indicou que as portas não estão fechadas para um entendimento, desde que os americanos saiam ganhando.

Se tudo ficar como está, o Brasil poderá deixar de exportar US\$ 2,6 bilhões para os EUA. Outro ponto é que a UE está pronta para retaliar os americanos em outros produtos, como o suco de laranja.

Mas, nesse caso, há dúvidas se eles adotariam salvaguardas que, pelas normas da OMC, devem ser aplicadas a todos os países, sem discriminação. Para isso, os

européus teriam de provar surto de importação. Se as medidas forem só para os EUA, o Brasil poderá se beneficiar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás vai transferir P-71 para a China

Plataforma consumiu US\$ 150 milhões; se fosse vendida como sucata, renderia R\$ 12 milhões.

A Petrobrás decidiu abandonar de vez a plataforma P-71, que estava sendo construída no estaleiro Rio Grande (RS), e iniciar o projeto do zero na China. A licitação foi concluída na semana passada e a obra transferida para o estaleiro chinês CIMC Raffles. A decisão da estatal de exportar o projeto preocupa sindicatos e a prefeitura da cidade, que estão em Brasília para sensibilizar o Congresso e o Tribunal de Contas da União (TCU). O Estado apurou que a plataforma já consumiu US\$ 150 milhões e precisaria de mais US\$ 200 milhões para ser concluída. Se as 38 mil toneladas de blocos forem vendidas como sucatas, a Petrobrás receberia apenas algo em torno de R\$ 12 milhões e a Ecovix, dona do estaleiro Rio Grande, R\$ 3,2 milhões.

Questionada, a estatal não informou quanto gastou na P-71. A conclusão da concorrência para construir o casco da plataforma foi mais um capítulo de uma longa batalha entre a Ecovix, sindicalistas, políticos e a Petrobrás. O prefeito de Rio Grande, Alexandre Lindenmeyer (PT), disse que apelou à direção da estatal diversas vezes e que, em todas, recebeu a resposta de que "conteúdo local não é uma política da empresa e que é mais barato construir plataforma na China do que no Brasil". Procurada, a Petrobrás apenas confirmou a contratação da CIMC Raffles.

Rio Grande entrou no mapa da indústria naval após a descoberta do pré-sal, em 2006, quando o governo federal, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, identificou a vocação de algumas regiões do País e incentivou a instalação de estaleiros para atender à crescente demanda da Petrobrás. No auge, a indústria naval da região chegou a empregar 24 mil trabalhadores. Mas o plano de desenvolvimento local começou a ruir ainda na administração petista da Petrobrás, que demonstrou insatisfação com a qualidade da obra e prazos de entrega. Posteriormente, a Engevix foi citada na Operação Lava Jato.

O grupo entrou em crise financeira e a Ecovix, em recuperação judicial. Procurada, a empresa disse que lamenta a decisão da Petrobrás de, "sem explicação razoável, cancelar unilateralmente a construção da P-71 no estaleiro

Rio Grande" quando a embarcação já tinha todos os blocos do casco concluídos. "É ainda mais estranho que a Petrobrás prefira comprar plataformas chinesas, acabando com os empregos no polo de Rio Grande e no estaleiro que criou." Segundo fontes, apesar de a licitação com os chineses ter sido concluída, a Ecovix ainda tenta mais uma saída para salvar a estrutura já construída. Uma proposta em estudo seria a empresa se unir a outro estaleiro para concluir o projeto e vender para afretadores do pré-sal. / COLABOROU RENÉE PEREIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Celso Ming

Título: Ainda o preço da gasolina

A Coluna de quinta-feira tratou das dificuldades enfrentadas pelo governo quando o objetivo é reduzir os preços dos combustíveis no Brasil, como sugeriu o ministro Henrique Meirelles. Isso se deve à alta incidência de impostos (mais de 40%). Ou seja, ou se reduz imposto ou fica inviável a redução dos preços ao consumidor. Mas há outro problema técnico, sempre misturado com problema político. Em muitos Estados não só a alíquota do ICMS sobre combustíveis é elevada, como a parcela da arrecadação desse ICMS sobre combustíveis é alta em relação ao resto da arrecadação.

(Na tabela, você tem isso em números.) Essa arrumação provoca grave distorção. Quando os preços do petróleo são altos e esse custo é repassado para o preço dos combustíveis, como vem acontecendo, grande parte dos Estados obtém forte aumento da arrecadação. Ora, os políticos são mais chegados ao comportamento da cigarra e não conseguem olhar para o longo prazo, como a formiga.

Sempre que são premiados com esse aumento de arrecadação, inventam despesas novas, como mais salários para os funcionários públicos. O diabo é que essas despesas quase sempre são fixas. Uma vez criadas, permanecem para sempre. Quando muda o jogo e os preços do petróleo caem e essa baixa é repassada aos preços dos combustíveis, os governadores se deparam com novo problema: não contam com receitas correspondentes para dar cobertura às novas despesas permanentes.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explica que a ideia em gestação no Ministério é garantir estabilidade no valor de referência para efeito de cobrança de tributos sobre combustíveis, independentemente de sua oscilação no mercado, para que não haja solavancos na arrecadação dos Estados. É proposta ainda a ser pormenorizada, explicada e negociada com os governadores.

Para isso, há dois obstáculos, um técnico e outro, político. O obstáculo técnico é o nível do valor de referência a ser fixado. Suponhamos que, para a gasolina, seja de R\$ 2,50 por litro. Se os preços do petróleo subirem, digamos 50% (para R\$ 3,75 por litro de gasolina), e o preço de referência permanecer o mesmo, os governadores pretenderão aumentar a alíquota do ICMS para surfar a onda altista e obter maior arrecadação.

Mas se acontecer o contrário e os preços de mercado caírem, supostamente 30% (no exemplo acima, para R\$ 1,75 por litro), a proporção do imposto sobre o preço subirá e o consumidor se sentirá lesado. Ou seja, por mais bem-intencionada que seja, a proposta parece de difícil aplicação. O principal obstáculo político é o de que os governadores estão em final de mandato e muito dificilmente estarão dispostos agora a mexer tão fundo na sua equação fiscal.

Sem falar que a proposta do Ministério da Fazenda, como foi dito, vem para corrigir vícios de administração orçamentária, o que pressupõe que muitos governadores não conduzem responsabilmente as finanças de seu Estado. Aceitarão eles esse pressuposto?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / Lu Aiko Otta

Título: Brasil diz que recorrerá da taxa do aço

Nota afirma que medida causará graves prejuízos às exportações brasileiras; País é o segundo maior exportador do produto para os EUA

A assinatura do decreto que oficializa as novas taxas para importação de aço e alumínio por Donald Trump foi um balde de água fria nos planos do governo brasileiro, que ainda tentava excluir o Brasil da lista de países atingidos pela medida. Ontem, o Brasil divulgou nota em que disse que recorrerá a "todas as ações necessárias" para preservar seus direitos e interesses. "Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses", afirma nota assinada pelos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Marcos Jorge, e Relações Exteriores, Aloysio Nunes.

No texto, o governo ressalta que as medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão "significativo" impacto negativo nas relações comerciais e de investimentos entre os dois países. O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os Estados Unidos, atrás apenas do Canadá. Embora a

reação do governo brasileiro tenha sido dura, a estratégia permanece a mesma, segundo apurou o Estadão/ Broadcast. O País pretende insistir na tese de que as exportações de produtos siderúrgicos complementam, e não ameaçam a indústria siderúrgica norte-americana e esgotar o diálogo com o governo Trump antes de partir para outros instrumentos, como o recurso a organismos internacionais para reafirmar que o argumento da ameaça à segurança nacional não se sustenta.

O embaixador do Brasil em Washington, Sergio Amaral, afirmou que o País tem condições para negociar com a administração Trump para retirar o País da lista de nações afetadas. "Temos contato com a bancada do aço no Congresso, com as indústrias americanas". De Nova York, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o governo está aberto a negociações. Recursos. Para o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes, o Brasil entrará imediatamente com recurso contra a decisão de Trump, mas, de outro lado, o governo brasileiro precisará colocar na mesa a necessidade de proteção do mercado brasileiro, visto que o fluxo de aço que deixará de ser direcionado aos Estados Unidos poderá recair no Brasil.

"Esperamos agora que o Ministério da Fazenda tenha sensibilidade de que há uma guerra comercial detonada pelo Trump de proporções grandes", disse. O setor do aço defende há muito tempo a adoção de medidas protecionistas pelo governo brasileiro. "Há um grande excesso de capacidade global de aço. O Brasil já é vulnerável para o recebimento de volumes de importação". Para o gerente executivo da unidade de assuntos internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diego Bonomo, a decisão dos Estados Unidos vai "flagrantemente" contra as normas internacionais./ COLABORARAM RICARDO LEOPOLDO E FERNANDA GUIMARÃES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: 'É uma visão muito simplória do comércio internacional'

Entrevista

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Mdic e sócio da Barral M Jorge Consultores.

Para especialista, decisão de Trump esvazia sistema multilateral de comércio, um dos pilares da OMC

O decreto anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de sobretaxar as importações de aço e alumínio de todos os países, com a possibilidade de excluir o Canadá e o México, revela, segundo ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da Barral M Jorge Consultores, Welber Barral, uma visão muito simplória do comércio internacional. A decisão esvazia, segundo ele, o sistema multilateral de comércio. "Há risco de perda de eficácia da Organização Mundial do Comércio (OMC)". A seguir trechos da entrevista.

Como o sr. avalia a medida?

A lógica do comércio internacional desde 1947, quando o Gatt foi criado, o precursor da OMC, é que as concessões feitas por produtos acabam se estendendo a todos os membros, na época do Gatt, e hoje da OMC. Trump está querendo levar a negociação produto a produto bilateralmente, o que é inadministrável. É uma visão muito simplória do comércio internacional.

Por quê?

Em primeiro lugar, você não consegue negociar bilateralmente todos os produtos. Em segundo lugar, isso viola um dos pilares da OMC no qual não é permitido fazer concessão para um país. Em terceiro lugar, Trump cria um grau de instabilidade porque diz que não só relações comerciais serão levadas em conta, apontando questões militares, questões relacionadas a tratamento justo com os EUA. Há fatores que não se sabe como serão considerados. Muito provavelmente grandes parceiros comerciais vão retaliar, caso da Europa e da China.

Como fica a OMC?

Com essa decisão, Trump esvazia o sistema multilateral de comércio. Há um risco de perda de eficácia da OMC. Ela fica fragilizada porque, bem ou mal, os EUA são o principal ator do comércio global.

Como enfrentar esse cenário?

Imediatamente é fazer lobby nos EUA para tentar mitigar os efeitos. Sendo realista, é o que dá para fazer agora. Estamos numa fase em que todo mundo está preocupado em tirar as suas exportações. O que eles colocaram no anúncio é que a sobretaxa de 25% sobre o aço pode ser revista.

O risco aumentou no comércio internacional após essa medida?

Sim, muito. Seguramente vai haver novos capítulos: retaliação, contra retaliação, negociações. Trump vai ter de aprender que o comércio internacional é muito mais complicado do que ele imagina.

E o Brasil?

O Brasil tem apenas 1% do comércio mundial, não é um ator importante. Provavelmente, vai observar o comportamento dos principais atores. Eventualmente, vai reclamar na OMC, se tiver fundamento para isso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Felipe Resk

Título: Doria prevê só lâmpadas de LED nas ruas até 2021

Licitação de R\$ 6,9 bilhões, que travou em 2015, foi finalizada e contrato, assinado.

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), assinou ontem o contrato da Parceria Público-Privada (PPP) da Iluminação para trocar por LED todas as lâmpadas da capital até 2021. O acordo, com valor de R\$ 6,9 bilhões, é alvo de ações judiciais movidas por um consórcio que foi desqualificado da licitação. O grupo disse ter oferecido menor preço e reivindica na Justiça a anulação do contrato.

Serão trocadas 535,7 mil lâmpadas – outros 82,6 mil pontos de LED foram feitos pela gestão Fernando Haddad (PT), que lançou a licitação em 2015. “A cidade vai ganhar realce e qualidade de segurança”, disse Doria, que também afirmou ter havido queda de 78% nos índices criminais onde já há essas lâmpadas e câmeras de segurança.

A instalação do LED será feita pelo consórcio vencedor FM Rodrigues/CLD, que administrará o parque de iluminação pública nos próximos 20 anos. A Avenida Morumbi, na zona sul, onde fica o Palácio dos Bandeirantes, está entre os primeiros locais que receberão a tecnologia. Na sequência estão as Avenidas Guarapiranga (zona sul), Rio Branco (centro), Luiz Dumont Villares (zona norte) e Valdemar Tietz (zona leste).

O prazo para renovar as lâmpadas é de três anos e, além de trocá-las, o consórcio será obrigado a substituir os fios de cobre, que atualmente são usados nos postes, por alumínio. A medida, segundo a Prefeitura, é uma estratégia para combater o alto número de furtos do material. “Tiramos efetivamente o atraso, todo o período perdido em questões judiciais”, disse Marcos Penido, secretário de Serviços e Obras.

Travado.

O processo foi marcado por disputas judiciais e administrativas entre empresas e por contestações do Tribunal de Contas do Município. No anúncio, Penido afirmou que, agora, “nenhuma ação paira sobre esse contrato”. O consórcio Walks, porém, diz mover cinco ações contra a licitação. O grupo alega ter feito proposta R\$ 1,7 bilhão mais barata e que uma das empresas da concorrente responderia por improbidade administrativa. Penido disse que o Walks foi desqualificado por ter uma empresa inidônea na composição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Governo pretende alterar regras para compra de energia

O governo quer alterar a forma de contratação de energia antes de acelerar o processo de abertura do mercado livre. O objetivo é solucionar parte do problema de financiamento de projetos voltados ao mercado livre, reduzindo assim o risco de desabastecimento futuro com a abertura maior desse ambiente de negociação. Para isso, a ideia do **Ministério de Minas e Energia (MME)** é implementar em 2021 a separação da contratação de lastro e de energia das usinas, medida que faz parte da proposta de projeto de lei sobre a reforma do marco legal do setor elétrico, encaminhada pela pasta à Casa Civil e que deve ser apresentada ao Congresso nas próximas semanas.

Hoje, há dois tipos de consumidor de energia. O cativo é aquele que compra energia das distribuidoras. O consumidor livre escolhe de quem vai comprar, mas há um limite em vigor para quem pode migrar para esse mercado, que abrange apenas aqueles com consumo superior a 3 megawatts (MW), os chamados grandes consumidores, em sua maioria empresas.

Como os bancos exigem contratos de longo prazo de compra de energia como garantia para financiar novos projetos de geração de energia, a expansão do sistema hoje é praticamente financiada pelos consumidores do cativo, que pagam por isso por meio da tarifa de energia. Com a mudança em estudo, que vai separar os contratos de energia em dois - lastro e energia -, os consumidores do mercado livre também vão ajudar a financiar a expansão da geração. Na prática, o lastro é a confiabilidade de geração, ou a segurança de suprimento, da usina. O lastro deverá ser contratado de forma centralizada, por meio de leilões de longo prazo, e o custo será repassado a todos os consumidores (livres e cativos).

Já a compra da energia, que é a parte comercial, poderá ser negociada por outro contrato de forma bilateral, sem interferência do governo e sem prazo definido. No mercado cativo, porém, as distribuidoras deverão ter um limite

mínimo de contratação comercial de energia (hoje é de 100%). Com isso, o consumidor final do mercado cativo, hoje a salvo do risco da variação do preço de energia no mercado à vista, passará a ter algum risco, embora ainda menor que o consumidor do mercado livre.

A estratégia de separar a contratação de lastro e energia antes da abertura mais intensa do mercado livre tem o objetivo de garantir a possibilidade de financiamento da construção de novas usinas em um ambiente de contratação mais liberado, em que os contratos de energia, em geral, deverão ter prazos inferiores aos do financiamento da usina. Esse sempre foi um obstáculo à expansão do mercado livre.

Pela proposta do ministério, o limite mínimo de carga para a migração para o mercado livre passará de 3 megawatts (MW) para 2 MW, em janeiro de 2020. No ano seguinte, o limite será reduzido novamente, para 1 MW. Em 2022, passará para 500 quilowatts (kW). Em 2024, a carga mínima para a migração será de 300 kW. Em 2026, qualquer consumidor poderá migrar para o mercado livre, desde que seja atendido em tensão igual ou superior a 2,3 quilovolts (kV).

Em geral, o consumidor no mercado livre opta por contratos de curto prazo, enquanto o gerador prefere contratos de longo prazo, para garantir o financiamento da construção da usina. "No fundo, o que se está discutindo é o quanto da receita de um gerador pode ser assumida pelos bancos como "garantida" para o pagamento do financiamento", afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso.

"A proposta é baseada em dar ao gerador um contrato de lastro de longo prazo, obrigando que tanto o consumidor regulado quanto o livre adquiram estes contratos de longo prazo de lastro em leilões. Isso já dá ao gerador garantias de recebimento para parte das suas receitas no longo prazo", afirmou Barroso.

Para João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, a separação de lastro e energia é necessária para a expansão do mercado livre, mas ainda é necessário entender como os agentes financiadores vão lidar com a mudança. "O lastro vai substituir o PPA [sigla em inglês para o contrato de compra de energia], mas a receita dele é menor. O banco vai financiar uma parte menor dos projetos?", questionou Mello.

Outro ponto importante é a velocidade em que a mudança será implementada. "A transição para a separação entre lastro e energia não precisa ser um processo lento, mas precisa de uma cautela razoável", disse Giovanni Fernandes, superintendente de project finance do Santander. Para ele, a mudança precisa ser gradual para que o mercado possa criar um modelo viável de contratos em termos de previsibilidade de retornos e de financiamento.

A separação de lastro e energia faz parte de nota técnica feita pela EPE e usada para a elaboração da proposta do projeto de lei. No documento, entre várias propostas de caráter técnico, a EPE sugere ainda a internalização de questões ambientais de cada fonte de energia, principalmente em relação às emissões de gases do efeito estufa.

Uma das ideias é criar um mecanismo de certificados de energia limpa. Os consumidores seriam obrigados a comprar uma determinada quantidade desses certificados e os geradores limpos teriam direito a uma quantidade de certificados para vender.

Segundo Rafael Ferreira, assessor da presidência da EPE, esse tipo de mecanismo reduz a interferência do governo no processo de disputa entre as fontes de energia. "A internalização via mecanismo de mercado reduz o espaço para interferência do governo, ajudando que todas as fontes limpas compitam em pé de igualdade", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Disputa no MDB-PE adia filiação de Coelho

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, aguarda a solução de uma disputa no MDB de Pernambuco para filiar-se ao partido, pelo qual irá tentar seu terceiro mandato de deputado federal. Atualmente no PSB, ele também é cortejado pelo DEM, que gostaria de tê-lo como candidato ao governo pernambucano, em suporte à candidatura presidencial de Rodrigo Maia.

Apesar dos apelos do presidente da Câmara, o caminho natural do ministro será mesmo o MDB, para onde seu pai, o senador Fernando Bezerra Coelho, migrou recentemente. Também dissidente do PSB, o senador está trabalhando para concorrer, pela chapa de oposição, à cadeira do atual governador, Paulo Câmara (PSB), que foi seu colega de secretariado durante a gestão de Eduardo Campos (2007-2014).

Com a morte de Campos, em agosto de 2014, o enorme grupo político que ele mantinha sob seu comando esfacelou-se. Lideranças importantes do Estado, como o clã Bezerra Coelho e o senador Armando Monteiro (PTB) integram hoje a oposição ao governo do PSB.

A nomeação de Fernando Filho para o MME, logo após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, foi muito criticada, sobretudo pela idade do

ministro, à época 32 anos. O desempenho à frente da pasta, no entanto, é bastante elogiado por profissionais do setor elétrico, o que ajudou a cacifa-lo politicamente.

Nos cálculos do DEM, Fernando Filho seria um candidato mais parecido com Maia: um jovem com posição de destaque, com ideais pró-mercado e com o DNA político na família. O problema é que o pai já está há mais tempo na fila para disputar o governo e não pretende abrir passagem.

Bezerra também foi sondado pelo DEM, mas optou pelo MDB após o presidente Michel Temer lhe oferecer, de "porteira fechada", o diretório do partido em Pernambuco. Ele não contava, porém, com a resistência do deputado, ex-senador e ex-governador Jarbas Vasconcelos, que apelou à Justiça para manter o controle sobre o diretório.

Com uma liminar obtida no Tribunal de Justiça de Pernambuco, Jarbas vem segurando na ponta dos dedos o comando do partido, que atualmente apoia o governo Câmara, inclusive com o vice, Raul Henry. Jarbas quer se candidatar ao Senado, mas precisa continuar comandando o MDB. Se perder, pode ir ao PSD.

Bezerra ingressou esta semana com uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para poder, enfim, assumir o comando do diretório. Ele aposta na estrutura e na visibilidade do MDB atrair lideranças que hoje apoiam o governador. Bezerra disputa a vaga de candidato de oposição com o também senador Armando Monteiro, outro dissidente do grupo que foi liderado por Campos.

Jarbas e Henry já fizeram dois apelos pessoais a Temer. O mais recente foi na última terça-feira, no Palácio do Planalto. Cientes da dificuldade em manter a atual liminar, eles disseram ao presidente que o partido está de portas abertas a Bezerra, mas que não há condições de o senador tomar o partido de assalto, levando-o para a oposição a Câmara.

Além do apoio ao governador, com três secretarias e a vice, o MDB está na base do prefeito do Recife, Geraldo Júlio, também com cargos importantes. "Não dá para atropelar uma história de tantos anos em uma canetada", disse Henry, que ao lado de Jarbas comanda o MDB de Pernambuco desde a década de 1990.

Assim como fez na primeira reunião, em dezembro do ano passado, Temer fez cara de paisagem. No seu estilo elegante, o presidente ficou de avaliar a questão, mas não prometeu nada. Diante disso, a probabilidade de uma reviravolta na decisão de entregar o partido a Fernando Bezerra é muito próxima de zero - a não ser pela via judicial.

Se isso acontecer, ele deve permanecer no partido, mas não irá disputar as eleições deste ano. Permanecerá no Senado, onde tem mandato até o fim de 2022. A expectativa é de que uma definição sobre o diretório seja conhecida até o dia 20 de março.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Área econômica já discute alteração ICMS sobre a gasolina

Em meio às discussões iniciais sobre mudança de tributação de combustíveis, provocada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, uma das ideias que já surgem na área econômica do governo é mudar a sistemática de cobrança do ICMS de alíquota *ad valorem* (percentual do preço) para *ad rem* (valor nominal específico, que independe do valor do produto).

Uma fonte do governo explica que essa ideia surge dentro do conceito de se reduzir a volatilidade de receitas dos Estados. A constatação levantada é que em momentos de bonança de preços do petróleo, os entes da federação arrecadam mais e, com isso, também ampliam seus gastos, muitas vezes permanentemente, enquanto em momentos de crises e quedas de preços da commodity, os Estados perdem receitas, sem poderem reduzir no mesmo nível as despesas, agravando o ciclo fiscal negativo.

A lembrança que vem à tona é do Rio de Janeiro, que surfou na onda do petróleo em alta por muitos anos, mas depois perdeu arrecadação quando o preço do barril despencou. Lembrando que o Rio de Janeiro também tem arrecadação de royalties pela exploração de petróleo, o que agravou os ciclos fiscais.

Nesse formato de alíquota *ad rem*, a visão é que poderia haver maior estabilidade fiscal para os Estados. Esse tipo de alíquota específica já existe nos tributos federais sobre os combustíveis: PIS/Cofins e Cide.

Além da menor exposição às flutuações de preço, a intenção é que uma eventual mudança de formato de cobrança do ICMS ocorra evitando perdas no nível de receitas no momento da migração de modelo. Uma das hipóteses técnicas é, além do cálculo de arrecadação no momento e da garantia de que não haveria perdas na mudança, considerar o cenário de preços de petróleo para um horizonte de prazo longo para definir qual seria a alíquota específica mais adequada a ser fixada pelo ente.

A discussão sobre mudar a tributação da gasolina nos Estados dependerá de os governadores se interessarem pelo assunto. O tema veio à tona com as declarações de Meirelles, inicialmente dizendo que o governo estudava alguma mudança na regra da gasolina. Depois de contrariado pela Petrobras, ele disse em Nova York, em entrevistas nos dois últimos dias, que foi mal compreendido e reposicionou o debate para uma discussão sobre um modelo mais adequado de tributação para os combustíveis.

O ministro chegou a ser criticado por supostamente estar misturando os papéis de comandante da economia e de candidato à Presidência da República.

Como o **Valor** mostrou ontem, o ICMS é o principal componente do preço final da gasolina, com cerca de 30% de seu valor (dado mais atualizado, relativo a março; no fim de fevereiro, era 29%). O peso do tributo estadual é maior até mesmo do que a do preço de saída do combustível da refinaria, conforme dados disponíveis na página da Petrobras.

Assim, qualquer movimento minimamente relevante nessa área passaria por um acerto com os governadores estaduais. Nas entrevistas nos Estados Unidos, o ministro da Fazenda também deixou claro que não há prazo para definição do assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle

Título: Inflação em queda eleva dúvida sobre crescimento

A expectativa de inflação para este ano está em queda gradual e sistemática. Era de 3,95% em janeiro e na primeira semana de março caiu para 3,7% na mediana do mercado e para 3,67% segundo o Top 5 (os que mais acertam) da pesquisa Focus do Banco Central. Há analistas que em dezembro reduziram seus prognósticos de inflação para 3,3% este ano, quando o consenso de mercado apontava 4,02%. Com o processo desinflacionário mais firme nos primeiros meses, esses analistas estão cortando suas previsões para o IPCA para algo em torno de 3,1%. A meta de inflação é de 4,5% com 1,5 ponto percentual de intervalo de tolerância. A mais recente projeção do BC é de 4,2%.

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, reconheceu que tanto a performance recente quanto as expectativas de inflação estão surpreendendo a todos. "As últimas taxas vieram mais baixas do que estávamos esperando. A inflação continua baixa e favorável", disse ele em entrevista à rádio "CBN" na segunda-feira.

Em resposta à pergunta sobre se, então, o Comitê de Política Monetária (Copom) poderia reduzir a taxa Selic na reunião dos dias 20 e 21, Ilan deixou aberta a porta e disse que o comitê vai "avaliar" tal possibilidade. Ele ressaltou que na última reunião o Copom indicou um caminho básico, de fim de ciclo da queda dos juros, e um alternativo, de nova redução moderada na taxa básica. Hoje ela é de 6,75% ao ano.

Safra de grãos e demanda fraca contêm preços

Quem está apostando em uma inflação mais baixa do que os 3,7% do mercado alega que não há demanda suficiente para sustentar o aumento dos preços. Salaria que a cautela do setor produtivo vai se acentuar na medida em que se aproximam as eleições de outubro, enfraquecendo a recuperação da atividade. E aponta mudanças estruturais que estão acelerando a desinflação. Esse seria o caso, por exemplo, das reformas do Fies (fundo de financiamento estudantil) e trabalhista, cujo impacto no IPCA não é desprezível.

O Fies reduziu substancialmente a concessão de subsídios e esfriou a demanda. O teto de 732 mil alunos que o programa abrigou em 2014 caiu para 98 mil em 2016. A nova legislação trabalhista induziu faculdades, antes beneficiadas pelos recursos do financiamento, a demitir professores mais caros e contratar a um custo menor. Isso levou a um desaquecimento dos reajustes e a uma menor pressão do item educação no IPCA.

A expectativa de aumento dos preços da alimentação este ano também está sob revisão. A safra de grãos, segundo divulgou ontem o IBGE, deve atingir 227,2 milhões de toneladas - 7 milhões de toneladas a mais do que era esperado em outubro do ano passado. Será, portanto, a segunda maior colheita depois do recorde do ano passado e os preços tendem a ficar acomodados.

Os indicadores do mercado de trabalho melhoram, mas o que aumenta é o emprego informal, que em janeiro cresceu 5,6% sobre igual mês de 2017. Já o trabalho formal teve queda de 1,7% no mesmo período, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Em junho de 2014, o número de trabalhadores formais bateu no teto - 36,88 milhões- e em janeiro foi de 33,3 milhões.

Assim, a megacapacidade ociosa da economia, acumulada nos anos de forte recessão, pode demorar mais tempo a ser ocupada e, se esse cenário de confirmar, o BC seria impelido a cortar mais a taxa Selic.

Afinal, o regime de metas é para ser cumprido e ele pressupõe que a inflação muito abaixo da meta também configura erro de dosagem da política

monetária. Para esses analistas não será surpresa se os juros básicos encerrarem 2018 em 6, 25%, ou mesmo em 6% ao ano.

A discussão sobre o preço da gasolina é oportuna, embora tenha entrado de forma torta no noticiário e vista como arroubo eleitoral do ministro candidato Henrique Meirelles. Em entrevista à CBN na manhã de terça-feira, ele disse que o governo discute com a Petrobras a política de preços adotada pela estatal. A empresa, em nota oficial, descartou qualquer mudança na sua política de preços, que considera a cotação internacional do petróleo. No fim daquele mesmo dia Meirelles esclareceu que não se referia ao preço da gasolina das refinarias, de exclusiva alçada da estatal, mas ao cobrado na bomba.

Ele explicou que o governo está "sensível" ao aumento quase que diário dos preços dos combustíveis na bomba e disposto a olhar todos os componentes da estrutura de preços dos combustíveis para ver se há o que ser reduzido.

Meirelles sabe que o preço da Petrobras é apenas uma fração do custo final da gasolina e que os impostos respondem pela parte mais pesada.

O preço do litro da gasolina cobrado pela Petrobras, ontem, era de R\$ 1,5458 (preço médio da gasolina às distribuidoras). Esse valor equivale a cerca de 28% do preço do combustível na bomba, que ultrapassa R\$ 5 (dependendo do Estado onde o consumidor abastece).

Segundo a Petrobras, o ICMS cobrado pelos Estados corresponde a 30% do preço final e os tributos federais (Cide, PIS/Pasep e Cofins) entram com mais 16%. O preço embute, ainda, o custo do etanol, de 13%, e outros 13% representam a margem de lucro das distribuidoras e dos postos de gasolina.

Na maior parte dos Estados, o cálculo do ICMS é baseado em um preço médio ponderado ao consumidor final, atualizado a cada 15 dias pelos governadores. Isso significa que o litro da gasolina na bomba pode ter seu valor alterado sem que tenha havido mudança no preço da Petrobras.

Cabe ao governo averiguar se há condições de diminuir a carga tributária sobre os combustíveis.

Uma outra questão a ser respondida é por que os postos de gasolina não repassam para o consumidor a diminuição de preços da Petrobras. Na quarta-feira, por exemplo, a estatal reduziu o preço da gasolina nas refinarias em 1,55% e ontem houve novo corte de 1,39%. Meirelles disse que é preciso ver se há prática de cartel no setor.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curta

Leilões adiados

O BNDES adiou para o início de maio a previsão para a realização dos leilões das distribuidoras da Eletrobrás. A estimativa anterior do banco era que os processos fossem realizados no primeiro quadrimestre de 2018. O banco também informou que cada uma das seis distribuidoras terá um edital e um leilão próprios. "Nas próximas semanas, o BNDES concluirá as últimas etapas necessárias à realização dos leilões de desestatização das seis distribuidoras, previstos para ocorrer no início de maio, na B3 (antiga BM&FBovespa), em São Paulo", informou o banco, em nota sobre a conclusão das audiências públicas do processo de desestatização das seis empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Internacional**Autor:** Agências internacionais**Título:** Trump taxa aço e alumínio importados, mas abre brecha

O presidente dos EUA, Donald Trump, assinou ontem decreto que impõe tarifa de importação de 25% para o aço e de 10% para o alumínio. Após pressão de partidários, países aliados e empresas, Trump flexibilizou a medida, isentando Canadá e México e convidando outros países "amigos" a negociar isenções caso a caso. A decisão afeta exportações brasileiras de aço.

A tarifa foi aplicada com base num dispositivo raramente usado e que permite proteger setores da economia sob o argumento de segurança nacional. "Temos de proteger e construir as nossas indústrias de aço e alumínio, ao mesmo tempo em que mostramos grande flexibilidade e cooperação com aqueles que são nossos verdadeiros amigos", disse Trump na cerimônia na Casa Branca, ao lado de trabalhadores dos dois setores.

As novas tarifas entram em vigor em 15 dias, o que dá pouco tempo para os países negociarem com o governo americano.

A União Europeia e a China fizeram repetidas ameaças de retaliação contra os EUA antes do anúncio de ontem, mas não está claro se e quando adotarão medidas punitivas contra produtos americanos.

Se o fizerem, isso poderia desencadear uma guerra comercial em nível global, com amplo impacto negativo na economia mundial.

Além de retaliar, países atingidos podem recorrer à Organização Mundial do Comércio, que nunca julgou um caso de tarifa baseada em segurança nacional. Em 2002, os EUA impuseram tarifa ao aço importado, que foi condenada pela OMC após 18 meses e, em seguida, retirada por Washington.

O Brasil é o país exportador de aço mais atingido pela medida, por ser o segundo maior fornecedor dos EUA, atrás apenas do Canadá, que foi excluído das tarifas por ser sócio dos EUA no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), como o México.

O secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, disse que a tarifa abrangente era necessária para atingir a China, que exporta pouco diretamente para os EUA, mas que imunda o mercado mundial com o seu excedente de aço, o que ajuda a derrubar o preço do produto.

"Nossas indústrias foram alvo por anos e anos de práticas estrangeiras injustas", disse Trump, o que "levou ao fechamento de usinas" e à "destruição de comunidades inteiras". "Isso vai acabar", afirmou.

Políticos do Partido Republicano, de Trump, criticaram as tarifas. O presidente da Câmara dos Deputados, Paul Ryan, defendeu medidas "cirúrgicas e específicas" apenas contra o aço chinês triangulado por outros países. Um senador republicano disse que proporá uma lei para barrar as tarifas.

Críticos dizem que as tarifas não vão elevar a produção americana e vão encarecer o aço e elevar o custo para outras indústrias dos EUA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniel Rittner, Sergio Lamucci e Marta Watanabe

Título: Brasil critica tarifa, ameaça reagir, mas quer negociar

O governo brasileiro admite tomar "todas as ações necessárias" contra as sobretaxas anunciadas oficialmente pelos Estados Unidos contra o aço e o alumínio de outros países. Um recurso na Organização Mundial do Comércio (OMC) não está descartado.

"Estamos em território inexplorado, em águas desconhecidas", disse uma fonte do Itamaraty, ao comentar as medidas do governo americano. Além da preocupação com o impacto do aumento da alíquota em si, existe a incerteza

sobre como os EUA pretendem agir em eventuais negociações no prazo de 15 dias antes de as novas tarifas entrarem em vigor.

Uma possibilidade é os americanos tentarem fazer com que os países concordem com restrições voluntárias às vendas de seus produtos; outra é exigirem concessões em outras áreas para não aplicar as tarifas mais altas, segundo a fonte.

"As duas opções são complexas e não compatíveis com a normativa internacional", avaliou o diplomata, ressaltando que é necessário entender melhor o teor das medidas. "Não está claro como os americanos tencionam proceder."

Uma terceira opção seria as empresas americanas pedirem a exclusão de alguns produtos do aumento de tarifas, em função de suas necessidades produtivas. "Isso é mais razoável", disse a fonte. O ponto é que também aí há incerteza. As companhias solicitariam a exclusão pelos produtos ou pelos países que os fabricam? "Estamos em águas desconhecidas", insistiu.

O caminho "mais claro e óbvio" seria levar o caso à Organização Mundial do Comércio (OMC) para o mecanismo de solução de controvérsia, o que também deve ser feito por outros países. Mas o Brasil avaliará todas as opções de resposta, disse o diplomata, como enfatiza a nota conjunta divulgada ontem pelos ministros Aloysio Nunes (Relações Exteriores) e Marcos Jorge (Indústria, Comércio Exterior e Serviços). Eles manifestam "preferência pela via do diálogo e da parceria", mas concluem: "O Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses".

Eles reconhecem grande preocupação com as sobretaxas oficializadas pelo presidente Donald Trump. "As medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão impacto negativo nos fluxos bilaterais de comércio, amplamente favoráveis aos EUA nos últimos dez anos, e nas relações comerciais e de investimentos entre os dois países."

Na nota, os ministros reiteram a posição alardeada pelo Brasil nas últimas semanas: o fornecimento de aço aos clientes americanos é composto em 80% por produtos semiacabados, utilizados como insumo pelas siderúrgicas americanas, sem ameaças à "segurança nacional" alegada pelo Departamento de Comércio. Além disso, lembram que o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico americano, com US\$ 1 bilhão de compras em 2017.

Também a Confederação Nacional da Indústria (CNI) criticou o governo Trump. "A CNI defende o respeito às normas internacionais e nacionais sobre defesa

comercial e considera que o governo brasileiro deve utilizar todos os meios disponíveis para responder à decisão americana, inclusive no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC, o que, em caso de vitória, nos daria direito à retaliação", disse em nota o presidente da entidade, Robson Andrade.

Para a CNI, os EUA vão violar pelo menos três normas da OMC. O governo americano impõe medidas de forma unilateral sem respeitar as regras de investigação para a adoção de medidas de defesa comercial, discrimina o produto estrangeiro em detrimento do produzido localmente e amplia a tributação da importação para além das alíquotas acordadas pelo próprio país na OMC.

Welber Barral, sócio da Barral M Jorge e ex-secretário de comércio exterior, destacou que o Brasil não tem aliança militar e nem reciprocidade tarifária com os EUA, dois dos critérios citados que devem ser considerados para se definir isenções em relação às sobretaxas.

"Seria uma loucura fazer a reciprocidade porque as tarifas agrícolas são mais altas nos Estados Unidos enquanto que no Brasil as tarifas industriais é que são mais altas." Para ele, o Brasil tem dois argumentos para tentar negociar uma isenção das sobretaxas. "A primeira é que o saldo da balança comercial é mais para déficits para o Brasil ou para equilíbrio", diz ele, lembrando que Trump quer evitar os resultados negativos de balança comercial para os Estados Unidos.

A balança comercial com os EUA em 2017 fechou com superávit de US\$ 2,03 bilhões para o Brasil, após déficits consecutivos registrados entre 2009 a 2016.

O segundo argumento é que boa parte do aço que o Brasil exporta aos americanos é composta por semimanufaturados, insumos para as indústrias americanas.

Se a sobretaxa americana de 25% sobre o aço exportado pelo Brasil prevalecer, tanto o produto acabado quando os semiacabados serão prejudicados na concorrência com o Canadá e o México, que são, respectivamente, o primeiro e o terceiro fornecedor do produto aos Estados Unidos, diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). O Brasil é o segundo.

Segundo dados da AEB, o Brasil exportou aos Estados Unidos total de US\$ 2,63 bilhões em aço no ano passado, considerando manufaturados e semimanufaturados. O valor representa mais 41,3% dos US\$ 6,38 bilhões do total de aço exportado pelo Brasil em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Agências internacionais****Título: Protecionismo agrada parte dos democratas**

O comércio é uma das poucas áreas que embaralha as divisões partidária em Washington. A decisão do presidente Donald Trump de impor tarifas sobre as importações de aço e alumínio atraiu críticas de seus aliados republicanos no Congresso - muitos dos quais preocupados com o risco dessa medida desencadear uma guerra comercial que prejudique as empresas americanas. Por outro lado, Trump recebeu apoio de alguns senadores democratas, de Estados onde os eleitores se preocupam com a perda de empregos para o exterior, e de sindicatos de trabalhadores.

"Esta bem-vinda ação está há muito atrasada para as siderúrgicas fechadas de Ohio e trabalhadores metalúrgicos que vivem com medo de que seus empregos sejam as próximas vítimas da trapaça chinesa", afirmou o senador democrata Sherrod Brown (Ohio), em comunicado divulgado na semana passada.

Mesmo o líder da minoria democrata no Senado, Chuck Schumer, fez uma crítica parcial à ação de Trump. Ontem, horas antes da formalização das tarifas, Schumer disse que o instinto do presidente "de ir atrás da China está correto", mas que a política proposta não estava bem focada e, como resultado, "poderia produzir um grande dano colateral que mais prejudicaria do que ajudaria os EUA".

"Senhor presidente, foco na China. Vá atrás da China", disse Schumer, acrescentando que apoiaria o plano de tarifas de Trump se elas visarem a China.

Os sindicatos de trabalhadores americanos - incluindo a AFL-CIO, a maior central sindical do país - saudaram a medida de Trump, dizendo que vinham há anos reclamando de que os países estrangeiros frequentemente subsidiam seu setor siderúrgico, colocando os concorrentes americanos em desvantagem.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Assis Moreira | De Genebra****Título: Tarifa é moeda de barganha comercial**

Donald Trump deixou explícito ontem que a sobretaxa unilateral dos EUA a importações de aço e alumínio não tem nada a ver com segurança nacional, mas é sim um meio de pressão sobre os parceiros - que poderá ser bem sucedido.

No teatro armado na Casa Branca, Trump avisou que será "muito flexível" com quem "tratar bem" os EUA. Primeiro, México e Canadá ficam de fora das sobretaxas, desde que aceitem nas próximas semanas assinar um novo acordo do Nafta, como os EUA querem.

Segundo, encarregou seu principal negociador comercial, Robert Lighthizer, de barganhar com países que pedirem exclusão ou modificação das sobretaxas. E praticamente escancarou o que espera de "aliados": se pagarem mais pela defesa ocidental, podem ser retirados da medida unilateral.

Ao mesmo tempo, a União Europeia já se mostra dividida sobre como reagir. O bloco chegou até a mostrar lista de produtos americanos que poderiam ser retaliados. Mas a Alemanha teme uma contrarretaliação de Trump que poderia atingir suas exportações de carros para os EUA. O governo alemão defende que a reação europeia deve vir não com retaliação, mas sim com uma denúncia na Organização Mundial de Comércio (OMC) contra os EUA, em disputa que dura anos e não tem efeito retrativo.

Vários países têm ameaçado os EUA com retaliação porque não acreditam no argumento de ameaça à segurança nacional dos EUA com o atual volume de importação de aço e alumínio. Outros são obrigados a justamente usar esse argumento. O Brasil, que tem evitado declarações estridentes, pode pedir nos próximos 15 dias para ser poupado das tarifas alegando que suas exportações de aço bruto atendem indústrias americanas com encomendas da defesa.

Para o secretário-geral da agência da ONU para Comércio e Desenvolvimento (Unctad), Mukhisa Kituyi, países em desenvolvimento já são perdedores. Ele diz que a decisão de Trump deflagrou "vulnerabilidades e ansiedades" em países produtores de outras commodities, como bauxita e minério de ferro, com impacto nos preços, e que eles não têm condições de reagir, conforme disse à Reuters.

Trump sinalizou também que em "algum ponto" pode impor "reciprocidade tarifária", como o Valor publicou na segunda-feira. Ou seja, se o carro americano é submetido a tarifa de 25% para entrar na China, o carro chinês deveria pagar a mesma alíquota nos EUA, e não 2,5% como atualmente. Isso também prejudicaria o Brasil.

A Casa Branca cobrou da China que reduza em US\$ 100 bilhões o saldo comercial com os EUA, redução acima de 25% do valor total.

Como disse o vice-diretor-geral da OMC, indicado por Trump, Alan Wolff: o sistema multilateral de comércio promovido pela OMC será testado como nunca e não pode mais ser dado como garantido.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Márcio Garcia****Título: A ameaça das ideias ruins**

Há um certo paralelismo entre o que se passa hoje na economia dos EUA e do Brasil. Por lá, a economia está a todo o vapor, com desemprego extremamente baixo, pouco acima de 4%. O ótimo desempenho econômico recente, entretanto, não vem trazendo só boas novas. Tem, por exemplo, dado espaço para Trump tomar medidas de política econômica que se revelarão provavelmente muito nocivas ao desempenho da economia dos EUA e mundial.

A reforma tributária expansionista, adotada quando já se está em pleno emprego, constitui um caso bastante claro de timing inadequado, ainda que se possa concordar com o espírito de várias das medidas. O "mercado", contudo, não tomou conhecimento da teoria econômica e ficou eufórico com a aprovação da reforma. Disso se aproveitou o boquirroto presidente para se vangloriar do apoio do "mercado" às suas políticas.

Estimulado pelo sucesso da reforma tributária, que havia sido prometida durante a campanha eleitoral, Trump anunciou na semana passada que deverá adotar medidas protecionistas, outra promessa de campanha, inicialmente em relação ao aço e ao alumínio. Neste caso, o "mercado" não parece ter concordado com a heterodoxia trumpiana: as bolsas tiveram queda substancial. Como tem feito recorrentemente, o presidente inverteu seu discurso, alegando que não tomava medidas para alegrar o "mercado", mas, sim, para o bem dos EUA. Não obstante, seu principal assessor econômico, Gary Cohn, pediu o boné, deixando a política econômica dos EUA ainda mais à mercê de ideias ruins.

A falta de autonomia do nosso BC é jabuticaba que provavelmente aumenta o risco Brasil e diminui o crescimento

Ideias ruins têm também aflorado por aqui, ainda que nossa economia esteja longe de exhibir o vigor da economia americana, sobretudo depois que a indispensável reforma da previdência foi definitivamente postergada para depois das eleições de outubro próximo. Uma proposta particularmente nociva foi a de instituição de um duplo mandato para o Banco Central, no bojo de legislação que conferiria ao BC, finalmente, autonomia para a condução da política monetária.

Como se sabe, o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, tem um duplo mandato. O Federal Reserve Reform Act, de 1977 deu ao Fed a missão de

promover o nível máximo de emprego e produção, bem como a estabilidade de preços.

Não se trata de questionar quão desejáveis são tais objetivos. Obviamente, tanto o emprego e produção tão altos quanto possível, como a estabilidade de preços, são objetivos desejáveis. Mas o que a pesquisa teórica e empírica em macroeconomia tem mostrado é que a forma mais eficiente de atingir tais objetivos é dar aos bancos centrais uma só missão, a estabilidade de preços, mantendo a inflação sob controle. E, atualmente, a forma mais bem-sucedida de implementar tal missão é por meio do regime de metas para inflação, adotado no Brasil, desde 1999.

O duplo mandato do Fed é uma exceção em termos mundiais. Como a lei que instituiu o duplo mandato não prescreve metas numéricas, nem para o desemprego, nem para a inflação, o Fed, a partir da década de 80 vem, de fato, conferindo prioridade a manter a inflação baixa. E, ao fazê-lo, vem também colhendo bons resultados em termos de emprego e nível de atividade.

Para executar a política monetária, o Fed tem independência. Dentre os atributos principais de sua independência está a nomeação de diretores com mandatos intercalados, de forma a impedir que um novo presidente do país possa nomear uma diretoria que lhe seja subserviente. Este é um dos principais componentes dos freios e contrapesos da democracia americana. Também fora dos EUA, a independência dos bancos centrais para a condução da política monetária tornou-se cada vez mais comum nas democracias modernas.

Por aqui, já tarda muito a autonomia do Banco Central, com mandatos intercalados para seus diretores. A falta de autonomia do nosso BC é uma jabuticaba que provavelmente aumenta o risco Brasil e contribui para diminuir nosso crescimento. É, portanto, uma excelente notícia que o Congresso Nacional tenha voltado a discutir a autonomia do BC.

Já a adoção do duplo mandato constituiria medida altamente deletéria à consecução dos objetivos teoricamente defendidos pelo duplo mandato. Isto porque nosso regime de metas para a inflação, como todos os demais ao redor do globo, prevê uma meta numérica para a inflação, a ser perseguida pelo Banco Central. Caso o duplo mandato viesse também a prever uma meta numérica para o desemprego, o BC se veria, com muita frequência, impossibilitado de cumprir simultaneamente as duas metas, pelo menos a curto prazo.

Uma possibilidade ainda pior seria o caso em que a meta de desemprego fosse fixada em níveis irrealisticamente baixos (ainda que desejáveis). Ambos os problemas acabariam por abrir caminho para inevitável perda de credibilidade

do BC, muito provavelmente acarretando o aumento da inflação, sem que houvesse ganhos em termos de queda de desemprego, a médio prazo.

Todos os bancos centrais que têm o mandato exclusivo de estabilidade de preços, ou inflação baixa, levam em consideração os dados de emprego e de produto ao decidir a calibragem dos juros. Para evitar recessões desnecessárias, a execução do regime de metas para inflação prevê que o alcance da meta para inflação se dê ao longo do tempo, normalmente um ano ou mais. Esta, aliás, seria outra modificação a ser debatida, uma vez que a lei brasileira prescreve o ano calendário como horizonte para que a meta seja atingida.

Costumo encerrar análises sobre a economia fazendo um balanço de riscos, normalmente ressaltando riscos econômicos, políticos e geopolíticos. Infelizmente, tanto para os EUA, quanto para o Brasil, vem ganhando importância o risco do ressurgimento de ideias econômicas ruins. Tal como zumbis, elas sempre voltam para nos assombrar. E com enorme poder destrutivo!

Márcio G. P. Garcia, Ph.D. por Stanford, é professor do departamento de economia da PUC-Rio. Escreve mensalmente neste espaço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Acordo com Drograria Araujo fomenta geração distribuída na AES Tietê

Os investimentos da AES Tietê em geração solar distribuída resultaram em seu primeiro grande contrato do tipo, fechado com a rede de farmácias mineira Drograria Araujo. Por meio da construção de uma planta solar de 5 MW na divisa com São Paulo, perto da usina solar de Água Vermelha, a companhia vai gerar energia para abastecer as 145 lojas da rede de farmácias.

Esse é o primeiro projeto de maior porte de geração distribuída da companhia, que planeja crescer e liderar esse segmento de geração no país, disse o seu presidente, Ítalo Freitas, em entrevista ao **Valor**. "Esse projeto da Drograria Araujo foi um marco, porque orientamos o cliente, mostramos os benefícios da geração distribuída, explicamos a regulação e a questão jurídica", disse.

A AES Tietê não informou o valor do investimento, mas Freitas destacou que o grande diferencial do projeto da companhia foi o custo menor que o do mercado. "Buscamos uma sinergia que fez nosso produto mais competitivo", disse Freitas. Isso foi possível, em grande parte, pela localização do projeto. A

planta ficará ao lado da hidrelétrica de Água Vermelha, no rio Grande, divisa entre Minas Gerais e São Paulo.

Lá, a AES Tietê vai iniciar em breve as obras da usina solar Água Vermelha, de 90 megawatts-pico (MWp), contratada no leilão A-4 de dezembro. Também ficará na mesma região o complexo solar Boa Hora, de 91 MWp, que já está em construção.

A ideia é aproveitar os equipamentos das obras dos dois projetos na nova planta. A diferença é que os dois complexos solares ficam no lado de São Paulo, enquanto o projeto novo de geração distribuída ficará no terreno que a AES Tietê tem no lado de Minas Gerais. As placas solares compradas no exterior para os projetos também serão aproveitados no novo parque.

Pelas regras da geração distribuída, o consumidor não precisa instalar a geração próximo do local de consumo, desde que seja dentro da mesma área de concessão. A grande vantagem da geração distribuída é a redução de custos. O consumidor permanece conectado à rede, mas a energia gerada é injetada na rede e compensa aquela que é consumida. No caso da Drogaria Araujo, as unidades consumidoras ficam em Minas Gerais, o que viabilizou o negócio para a AES Tietê.

"Temos mais de 15 MW ainda para construir em Minas Gerais, e temos também projetos em outras áreas", disse Freitas. Por meio dessas fazendas solares de maior porte, a companhia espera conseguir alcançar a liderança no segmento, que ainda é muito iniciante e pulverizado no país. A fazenda solar é da AES Tietê, que vai fazer o "aluguel" da energia gerada ao cliente. O investimento também é da companhia de energia.

Para a rede de farmácias, o objetivo do negócio é reduzir os custos com energia. "Por sermos a primeira no modelo drugstore, com lojas com metragem acima de 400 m², o dobro da média do setor e a maior variedade de produtos inclusive de itens refrigerados e congelados, precisamos pensar em estratégias para economia de energia", disse Modesto Araujo Neto, presidente da Drogaria Araújo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Michael Stothard | Financial Times, de Madri

Título: Atlantia e ACS podem dividir ativos da Abertis

A operadora de estradas italiana Atlantia e a construtora espanhola ACS negociam unir forças para comprar a Abertis, da Espanha, em negócio que

poderia chegar a EUR 19 bilhões. As duas empresas concorrem há meses entre si pelo controle da Abertis e entraram em uma guerra de ofertas cada vez maiores.

Também cresceram os temores, no entanto, de que as propostas na mesas poderiam já estar demasiado elevadas e de que uma guerra de ofertas tornaria a Abertis ainda mais cara.

Ontem, os dois grupos confirmaram estar "em conversas" sobre "a concorrência de aquisição da Abertis", embora tenham ressaltado que não chegaram a acordo. Os comentários foram uma resposta à notícia do jornal de finanças espanhol "Expansión" de que as duas empresas negociavam há semanas como dividir a Abertis entre eles.

O "Expansión" destacou que as negociações buscam distribuir de forma aproximadamente equitativa os ativos internacionais e espanhóis da Abertis.

O comunicado das duas empresas foi bem recebido pelos investidores. As ações da ACS fecharam em alta de 7,75%, enquanto as da Atlantia subiram 5,05% nas sessões de ontem. Os papéis da Abertis, entretanto, recuaram 3,97%.

Em maio, a Atlantia, controlada pela bilionária família Benetton, fez oferta de EUR 16,3 bilhões pela Abertis, um negócio que criaria a maior operadora de estradas com pedágio do mundo e remodelaria o setor na Europa.

Em outubro, a Hochtief, braço alemão da ACS, apresentou uma contraoferta de EUR 18,6 bilhões. A construtora espanhola vê a transação como uma forma de diversificar suas operações.

Em resposta, o executivo-chefe da Atlantia, Giovanni Castelluci, disse estar preparado para elevar a oferta. "Acreditamos ter espaço para fazer, no momento certo, uma oferta competitiva, sem ameaçar a criação de valor", disse ao "Financial Times", em novembro.

Questões políticas complicam a disputa. A oferta da Atlantia enfrentou oposição política, com mostras públicas de dúvidas por parte de dois ministros: o ministro das Obras Públicas, Íñigo de la Serna, e o ministro de Energia, Álvaro Nadal.

Parte da desconfiança tem raiz na recente história empresarial espanhola. Em 2007, a Enel, da Itália, e a Acciona, da Espanha, compraram em conjunto o grupo espanhol de energia Endesa, mesmo depois de o governo na época ter tentando defender uma transação integralmente espanhola.

Posteriormente, o negócio foi criticado pesadamente como tendo sido negativo para a Espanha. Nadal acusou a Enel de investir pouco na Espanha para, assim, criar mais empregos na Itália.

A divisão dos ativos da Abertis poderia ajudar a aliviar os temores políticos de que a empresa seria assumida por um grupo italiano, principalmente se pelo menos metade dos ativos espanhóis fosse para a ACS.

A atual oferta da Hochtief ainda precisa de aprovação do órgão regulador do mercado financeiro espanhol, a CNMV, algo esperado para os próximos dias.

A aprovação dá início a contagem regressiva de um período de 30 dias, no qual as ofertas de ambos os lados podem ser elevadas. Nesse período, os dois lados também poderiam decidir unir forças. Caso não o façam, o regulador espanhol vai pedir à Atlantia e à Hochtief que apresentem suas ofertas finais em envelopes fechados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério fica perto de zerar ganhos de 2018

Na iminência do retorno de capacidade siderúrgica paralisada na China e com a tensão que tomou conta do mundo pela ameaça da explosão de uma guerra comercial, o minério de ferro reverteu a tendência recente de alta. Foram cinco dias seguidos de baixa, que derrubaram a commodity em 8% de sua máxima do ano de US\$ 79,39 a tonelada.

Só ontem, os preços do produto com teor médio de 62% de ferro entregue no porto chinês de Qingdao caíram 3,4%, segundo a "Metal Bulletin", para US\$ 73,23 a tonelada. Foi a maior perda diária desde dezembro, que minou a alta acumulada até então em 2018 para 0,9%. Março interrompe uma série de quatro meses consecutivos de avanço, com recuo de 6,8%.

O impacto chegou ao mercado de ações. Na B3, a Vale fechou em queda de 3,24%, para R\$ 41,46. Em Londres, a Rio Tinto sofreu desvalorização de 1,32%, para 36,91 libras (US\$ 51), e a BHP Billiton caiu 2,76%, para 14,04 libras.

Para Daniel Briesemann, analista do banco Commerzbank especializado em commodities metálicas, a confiança do mercado em geral desandou depois que Donald Trump, presidente dos EUA, anunciou que implantaria uma tarifa de 25% para aço e de 10% para alumínio importados no país. Ele lembra que

investidores e a agentes de mercado ligados a commodities estão se afastando do risco.

"De qualquer maneira, o preço do minério de ferro precisa sofrer uma correção [para baixo] porque o mercado transoceânico já está amplamente suprido, ou melhor dizendo, com excesso de fornecimento", disse o analista ao **Valor**.

"Acredito que os preços do minério vão cair para US\$ 60 por tonelada até o fim deste ano."

Dia 15 é o limite imposto pelo governo chinês para que parte da capacidade produtiva de aço na China fosse paralisada por motivos ambientais. Desde que foi exigido o corte, as usinas passaram a comprar minério de alta qualidade, que possibilita produzir mais aço com menos matéria-prima. Isso ajudou a elevar o prêmio pago pelo insumo de 62% e 65% de teor.

Com mais capacidade disponível, esse interesse deve diminuir e derrubar os preços. E já que a expectativa é que o consumo chinês de aço desacelere neste ano - ou no máximo fique estável -, o excedente voltaria a ser exportado, desequilibrando mais uma vez o mercado mundial. Uma restrição dos EUA faria os chineses forçarem para baixo o preço do produto em todo o resto do mundo.

Briesemann aposta que a concorrência mais uma vez punirá os fundamentos do setor. A China, lembra, já voltou a elevar seu ritmo de vendas ao mercado externo. Isso pôde ser observado em fevereiro, quando os chineses exportaram 4,85 milhões de toneladas de produtos elaborados de aço, 4,2% a mais do que em janeiro. Para Briesemann, o volume pode aumentar mais depois que as restrições à capacidade acabarem no país.

A vice-presidente do Goldman Sachs especialista em commodities, Hui Shan, por sua vez, crê na continuidade da demanda chinesa pelo minério de maior qualidade, sustentando os preços desses produtos. Para ela, as reformas, que desde 2015 diminuíram o parque em 200 milhões de toneladas, são sustentáveis, mantendo a rentabilidade das usinas.

Ela também comenta, em entrevista ao **Valor**, que é possível haver nova rodada de restrições ambientais neste ano. "Para nós, a demanda continua forte no primeiro trimestre, por conta da temporada de construção civil", diz. "No terceiro trimestre, se o governo voltar a praticar cortes, o preço deve subir novamente, com as empresas aumentando a demanda para produzir o quanto puderem."

Para além dos temores recentes de uma guerra comercial puxada pelos Estados Unidos, a especialista acredita que os maiores fatores que podem derrubar a cotação do minério são a perda de ritmo significativa na alta dos investimentos

em infraestrutura na China, a busca por produção de aço em fornos elétricos - que leva sucata - e um movimento de usar os grandes estoques de minério em portos.

MME / ASCOM .